

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ

TALITA LAVECCHIA ALMEIDA

**A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DA
LINGUAGEM NÃO BINÁRIA**

Ribeirão Preto

2020

TALITA LAVECCHIA ALMEIDA

**A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DA
LINGUAGEM NÃO BINÁRIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Letras.

Orientadora: Dra. Renata Maria Cortez da Rocha Zaccaro.

Ribeirão Preto

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

L428r

Lavecchia, Almeida, Talita

A relação entre língua e sociedade: uma análise da linguagem não binária/ Talita Lavecchia Almeida - Ribeirão Preto, 2020.

46p.il

Trabalho de conclusão do curso de Letras Português e Inglês - Licenciatura Plena do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Renata Maria Cortez da Rocha Zaccaro

1. LGBTQIA+ 2. Linguagem neutra 3. Análise do discurso I. Zaccaro, Renata Maria Cortez da Rocha II. Título

CDU 81'42

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB8 9878

TALITA LAVECCHIA ALMEIDA

**A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DA
LINGUAGEM NÃO BINÁRIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Letras.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Renata Maria Cortez da Rocha Zaccaro
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Examinador 2
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Examinador 3
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

**Ribeirão Preto
2020**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e ao meu irmão por terem me dado muito amor e carinho e me proporcionado tudo de que eu sempre precisei. Sem o apoio de vocês, eu não estaria onde estou agora.

Ao meu namorado Vinicius, que me mostrou um lado da vida que eu ainda não conhecia e que sempre me respeitou e encorajou, principalmente neste último ano de curso, o mais estressante para mim.

Aos meus sogros e minha cunhada, que me acolheram com muito amor e fizeram com que eu me sentisse em casa.

Às minhas amigas Ana, Beatriz, Carolina, Ester, Julia, Letícia, Mariana e Raquel por todos os conselhos e momentos juntas, felizes ou tristes. Sem vocês, a vida não teria tanta graça.

A todos os meus professores. Vocês foram essenciais na minha formação, ressignificaram tudo o que eu entendia por docência e me fizeram ter um carinho ainda maior por essa profissão. Sem a perseverança de vocês eu não teria chegado até aqui.

Agradeço especialmente à Renata Cortez, que, além de minha orientadora, foi minha amiga. Obrigada por ter acreditado no meu potencial, lidado com os meus surtos e me acalmado. Você me fez perceber que as coisas não eram tão difíceis como eu pensava.

“Não se esqueça de que o pensamento se
modela graças à palavra, e que só existe o
que tem nome”

(Maria Angeles Calero)

RESUMO

Este trabalho apresenta a análise da tentativa de criação e oficialização de uma “linguagem não binária” ou “linguagem neutra” no Brasil, iniciada principalmente pela comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Intersex, Agêneros, Assexuados e mais) e pelo movimento feminista, visto que entendem a língua portuguesa como um sistema machista e que não proporciona a inclusão de pessoas não binárias. Para possibilitar a discussão desse tema, foram apresentados os conceitos de discurso, sujeito e formação discursiva, da Análise do Discurso, e de vogal temática e gênero, objetos de estudo da Morfologia. Partindo de tais conceitos, a “linguagem não binária” ou “linguagem neutra” foi discutida a partir de diferentes argumentos, uma vez que está passando por um período de resistência não só por parte de estudiosos da língua portuguesa, como também por leigos. Posteriormente, imagens que apresentam o uso da linguagem neutra no cotidiano brasileiro foram analisadas, demonstrando que sua aquisição está ultrapassando o ambiente virtual.

Palavras-chave: LGBTQIA+. Linguagem neutra. Análise do Discurso.

ABSTRACT

This work presents the analysis of the attempt to create and officialize a "non-binary language" or "gender-neutral language" in Brazil, initiated mainly by the LGBTQIA+ community (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transsexual, Transgender, Queers, Intersex, Agencies, Asexuals and more) and the feminist movement, since they understand the Portuguese language as a sexist system which does not provide the inclusion of non-binary people. In order to enable the discussion of this subject, the concepts of discourse, subject and discursive formation, from the Discourse Analysis, and thematic vowel and gender, Morphology's objects of study, were presented. Based on these concepts, "non-binary language" or "neutral language" was discussed from different points of view, since it is going through a period of resistance not only by scholars of the Portuguese language, but also by lay people. Later, images that present the use of neutral language in daily life in Brazil were analyzed, demonstrating that its acquisition is surpassing the virtual environment.

Keywords: LGBTQIA+. Gender-neutral language. Discourse Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comentário utilizando a linguagem neutra.....	35
Figura 2 – Cartaz escrito na linguagem não binária.....	35
Figura 3 – Sorveteria <i>Ben&Jerry's</i>	36
Figura 4 – Suco <i>Do Bem</i>	36
Figura 5 – Maquiagem <i>Avon</i>	37
Figura 6 – Livro <i>Feminismo em comum: Para todas, todes e todos</i>	37
Figura 7 – Festival <i>Tik Tok</i>	38
Figura 8 – Anúncio <i>Uber</i>	39
Figura 9 – Convenção de música <i>SIM São Paulo</i>	39
Figura 10 – Termo “alunxs” é adotado em escola.....	40
Figura 11 – Coordenadora de faculdade adota linguagem neutra.....	40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A COMUNIDADE LGBTQIA+ E A LINGUAGEM NÃO BINÁRIA/NEUTRA	11
2.1	Breve histórico da sigla LGBTQIA+	11
2.2	Sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual	15
2.3	Linguagem não binária/neutra	16
2.4	A visão da gramática sobre os morfemas de gênero.....	20
2.4.1	Vogal Temática	21
2.4.2	Morfemas de gênero	21
3	ANÁLISE DO DISCURSO	29
3.1	A Análise do Discurso em contraposição aos estudos saussurianos	29
3.2	O Discurso	30
3.3	O Sujeito.....	31
3.4	Formação Discursiva	32
4	O HISTÓRICO E O SOCIAL SE INSCREVEM NA LÍNGUA.....	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

O curso de Letras, dentre diversas coisas, levou-me a conhecer a Linguística, um dos seus três segmentos. Desde o início, ficou clara a importância dos estudos desse componente curricular, que afeta tantos aspectos da vida e que, mesmo assim, não era de meu conhecimento. Com o passar do tempo, ocorreu-me que seria a Linguística o meu objeto de estudo. Ao navegar pela internet, pude aprender mais sobre o movimento feminista e sobre a comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*¹, Intersex, Agêneros, Assexuados e mais), o que me levou a encontrar um significativo grupo de pessoas utilizando uma nova linguagem, conhecida como “não binária” ou “neutra”. Apesar de ter se tornado muito mais conhecido, o movimento ainda é uma novidade para muitas pessoas, causando confusões uma vez que, até então, a linguagem neutra passa por adequações. Dessa forma, esta pesquisa se originou com o intuito de preencher uma das lacunas existentes referentes a esse tópico, apresentando diferentes pontos de vista acerca da solicitação de inserção da linguagem não binária na norma padrão da língua portuguesa e analisando sua aplicabilidade no cotidiano do brasileiro.

Sendo assim, este trabalho tem o objetivo de apresentar argumentos sobre a criação de uma linguagem neutra no Brasil, sejam eles a favor ou contra, a fim de proporcionar seriedade ao movimento, visto que, com frequência, tal processo deixa de ser estudado por ser considerado algo fútil criado pela internet. Ademais, esta pesquisa tem o propósito de demonstrar como essa linguagem já está sendo utilizada, seja em contextos de uso pessoal ou até mesmo institucional. Ainda que demore a ser oficializada pela língua portuguesa, mudanças são inevitáveis, e uma vez que passam a ocupar um espaço significativo na sociedade devem ser estudadas.

Esta pesquisa baseia-se na Análise do Discurso pecheutiana, tendo em vista que essa área de estudos nos permite analisar os sentidos produzidos pela língua, estejam eles inscritos de modo verbal ou não-verbal, formal ou informal. Para que este trabalho se tornasse possível, foram utilizadas principalmente concepções de autores como Evanildo Bechara, Joaquim Mattoso Câmara Jr., José Mario Botelho, Luiz Carlos de Assis Rocha e Valter Kehdi, para tratar sobre a visão da gramática, e

¹ “[...] o queer não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação”. (SALIH, 2016, p. 19)

Cleudemar Fernandes, Eni Orlandi e Luzmara Curcino, que embasam os estudos da Análise do Discurso, presentes no segundo capítulo.

Este trabalho organiza-se da seguinte maneira: no primeiro capítulo, é apresentada a iniciativa da comunidade LGBTQIA+ de criar uma “linguagem não binária” ou “linguagem neutra” a fim de propiciar a inclusão de todos na língua portuguesa. Devido a essa iniciativa, a visão da gramática sobre os morfemas de gênero é apresentada, para que seja possível compreender o sistema da língua portuguesa. Além disso, há também um breve histórico da sigla que nomeia a comunidade, uma vez que demonstra sua constante luta por direitos, respeito e visibilidade. O capítulo seguinte apresenta a Análise do Discurso, abordando os conceitos que melhor se aplicam ao tema desta pesquisa, tais como: discurso, sujeito e formação discursiva. Finalmente, o último capítulo demonstrará a aplicação da linguagem não binária no cotidiano, utilizando imagens que partem do uso pessoal para o institucional.

2 A COMUNIDADE LGBTQIA+ E A LINGUAGEM NÃO BINÁRIA/NEUTRA

2.1 Breve histórico da sigla LGBTQIA+

A comunidade LGBTQIA+, além de sofrer diariamente com o preconceito e a falta de direitos, também é invalidada pelo seu próprio nome. Com a recente atualização da sigla, mudando de LGBT para LGBTQIA+, a comunidade começou a ser questionada, uma vez que tal mudança foi vista como desnecessária por aqueles que não acreditam na existência de pessoas que se identificam com as letras inseridas recentemente. Ironicamente, a atualização se deu exatamente pela falta de representatividade que pessoas *queer*, intersex, agênero, assexuada ou outro tem na sociedade.

Apesar dos questionamentos, não é a primeira vez que uma mudança desse tipo ocorre, visto que a sigla LGBT também se deu a partir de uma renovação. Segundo Ferrari (2004), no final da década de 70 e no início de 1980, com o enfraquecimento da ditadura militar, surgiu no Brasil o *movimento gay*, que procurava lutar pelos direitos das pessoas homossexuais e combater o preconceito que sofriam.

O fim da ditadura militar fazia surgir e reforçava um sentimento de otimismo cultural e social que atingia a todos. A abertura política possibilitava sonhar com uma sociedade mais democrática, igualitária e justa e, mais especificamente, trazia a esperança para o movimento gay de uma sociedade em que a homossexualidade poderia ser celebrada sem restrições (FERRARI, 2004, p. 105).

Nesse mesmo período, de acordo com Broering (2018), surgiu o jornal *Lampião da Esquina*, que, com o intuito de ir contra ao que a censura impunha, tinha como foco as minorias, tratando principalmente dos homossexuais. O jornal se tornou um importantíssimo meio de comunicação, uma vez que dava voz àqueles que se encontravam à margem da sociedade, desmistificando a noção de promiscuidade que existia em relação aos homossexuais.

Segundo Bortoletto (2019), a noção de promiscuidade foi reforçada quando, na década de 80, ocorreu a epidemia da HIV-Aids, associada principalmente aos homens homossexuais e se tornando conhecida como “câncer gay”. Tal situação acabou impulsionando ainda mais o *movimento gay*:

a epidemia obrigou a sociedade a discutir sexualidade. Independentemente da forma como foi orientada a temática, ela passou a estar presente nas agendas e a ser preocupação para familiares, escolares e estatais. O surgimento da Aids abriu espaço para a visibilidade homossexual, ainda que se tenham inicialmente refreado as tentativas de mobilizar setores do movimento. A doença foi também uma das principais responsáveis pela força com que esse movimento (re)emergiu na década de 90 do séc. passado (MOLINA, 2011, p. 25).

De acordo com Facchini e França (2009), com o crescimento dos movimentos sociais, o *movimento gay* passou a ser conhecido a partir da sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) na metade da década de 1990. A sigla possuía um caráter comercial, uma vez que representava estabelecimentos voltados para gays e lésbicas, sendo também abertos aos heterossexuais, o que motivou a inclusão de “simpatizantes” na nomenclatura. Esse termo, porém, acaba tendo um resultado inesperado:

[...] Trevisan (2007) nos aponta a crítica mais frequente em relação à adoção das identidades GLS, que acabava por enfatizar uma parte dos adeptos da denominação de simpatizantes, ficando restritos aqueles(as) que se identificavam como gays ou lésbicas. Dessa maneira, o termo simpatizante atribuía a essas pessoas mais uma concepção ou ideia de enrustido(a), descaracterizando a luta política por uma visibilidade social (MOLINA, 2011, p. 26).

Posteriormente, segundo Facchini e França (2009), após 1995, o movimento passou a ser nomeado como GLT (Gays, Lésbicas e Travestis), porém logo foi alterado para GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) em 1998, com o intuito de dar visibilidade às pessoas bissexuais. Em 2005, no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, e Transgêneros, a letra “T” passou oficialmente a se referir a travestis, transexuais e transgêneros, fazendo com que a sigla pudesse variar entre GLTB, GLBTT ou LGTB. Dessa maneira, proporcionou-se visibilidade a um número cada vez maior de pessoas.

Molina (2011) assinala que, no ano de 2008, na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT, foi aprovada a mudança da sigla, tornando-se, então, LGBT. Tal alteração se deu com o intuito de privilegiar o segmento das lésbicas, para evitar que, mais uma vez, as mulheres ficassem em segundo plano em relação aos homens, proporcionando a elas o devido reconhecimento.

O nome do antes conhecido por *movimento gay* passou por diversas mudanças, uma vez que, retratando um movimento social, precisa estar sempre de

acordo com o contexto atual da sociedade. Como foi supramencionado, aos poucos, novas letras retratando novas sexualidades e identidades de gênero foram surgindo, como ocorreu quando as letras “B” e “T” foram inseridas, passando a dar visibilidade às pessoas bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis, que não eram contempladas anteriormente. Da mesma maneira, segundo Bortoletto (2019), recentemente a nomenclatura se atualizou novamente, visto que as pessoas começaram a se entender de maneira diferente, além do que as quatro letras representavam, tornando necessária a atualização da sigla. O movimento, então, passou a ser chamado de LGBTQIA+, podendo variar entre LGBT+, LGBTQ+, ou LGBTQI+. As novas letras inseridas referem-se às pessoas *Queer*, *Intersex*, *Agêneros* e *Assexuadas*. O sinal “+” indica que sempre há a possibilidade de novas identidades serem incluídas, fazendo com que todos da comunidade possam ser representados.

Ao contrário do que pensam as pessoas que questionam a quantidade de letras presentes na sigla, cada letra ajuda a dar visibilidade às pessoas do movimento LGBTQIA+. Segundo Facchini e França (2009), na época em que a sigla GLS era utilizada, pessoas bissexuais, travestis e transexuais não eram incluídas pelo mercado, situação que evidencia a influência do nome do movimento, uma vez que essas pessoas também não eram contempladas pela sigla.

É claro que a inclusão de novas letras não resolverá todos os problemas, pois, afinal:

[...] transformar o nome do movimento não dirime magicamente as assimetrias de gênero e não alça lésbicas, travestis, transexuais ou bissexuais à condição de “iguais”. Afinal, dentro do universo das letrinhas residem disputas internas de poder e hierarquizações que, muitas vezes, destoam dos objetivos de promoção da igualdade dentro e fora do movimento (FACCHINI; FRANÇA, 2009, p. 75).

Assim como foi mencionado por Facchini e França, Bortoletto (2019) discute também acerca das hierarquizações internas do movimento ao mostrar os resultados de sua pesquisa realizada com 50 pessoas da comunidade LGBTQIA+. Segundo os resultados da pesquisa, “32% se identificaram como gay, 24% como lésbica, 16% como bissexual, 10% como travesti, transexual ou transgênero, 8% como mais ou outro, enquanto 4% como queer, assexuado ou agênero e apenas 1% como intersex.” (p. 19). A partir dos resultados, é perceptível que os gays e as lésbicas

possuem as maiores porcentagens. Coincidentemente, quanto mais recente a homossexualidade inserida na sigla é, menor sua porcentagem.

Dessa maneira, a busca por voz e visibilidade continua, visto que, como demonstra Bortoletto (2019), a comunidade LGBTQIA+ ainda é muito mais conhecida por homens gays e mulheres lésbicas do que por qualquer outra identidade, principalmente por parte da mídia.

Raras são as retratações midiáticas de pessoas bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, e mais raras ainda, senão inexistentes, são as das pessoas *queers*, intersex, assexuados ou agêneros. Muitos sequer sabem os significados destas siglas, alguns da própria comunidade LGBTQIA+ (BORTOLETTO, 2019, p. 19).

Segundo Bortoletto (2019), devido a diferença significativa de porcentagem das pessoas da comunidade LGBTQIA+, rixas internas do movimento acabam ocorrendo. Por mais que a comunidade lute por igualdade e pela normalização do que vai contra a heteronormatividade, muitos ainda não se sentem acolhidos dentro do seu próprio movimento, situação que ocorre principalmente com as mesmas pessoas que representam as menores porcentagens da pesquisa.

As pessoas travestis, transexuais e transgêneros, na maioria das vezes, são as que mais sofrem com as rixas internas da comunidade. Em sua pesquisa, Bortoletto (2019) questiona pessoas da comunidade LGBTQIA+ sobre essa situação e comprova o que havia apresentado anteriormente. Uma travesti que preferiu não ser identificada relatou se sentir acolhida somente por outras travestis, visto que sofre preconceito do restante da comunidade. Outra participante, dessa vez bissexual, relata o mesmo acontecimento e diz se sentir "*invisibilizada*", uma vez que tem a impressão de que as pessoas da comunidade invalidam os bissexuais por sentirem que não sofrem a mesma opressão que os demais.

Logo após essa queixa, a participante acaba se contradizendo:

[...] a mesma participante reforça esse comportamento antes criticado quando diz que não acredita na teoria *queer* e que acredita que os assexuados não sofrem opressão como as demais siglas. Esse efeito controverso que também pode ser lido como duo se constrói a partir dessa metamorfose que a identidade da comunidade vive uma vez que é constantemente contaminada pelas inserções diárias da visão exclusiva da mídia (BORTOLETTO, 2019, p. 20).

A fala dessa participante evidencia a importância da representatividade, uma vez que, se mesmo quem já é incluído no movimento LGBTQIA+, continua sofrendo preconceito até mesmo dentro de sua própria comunidade, essa situação seria pior se o movimento ainda fosse conhecido por *movimento gay*, nome que não dava voz suficiente a todos os pertencentes da comunidade.

Ainda há muito para se conquistar. Como afirma Bortoletto (2019, p. 7), apesar de o Brasil ser o país que possui a maior Parada LGBTQIA+ do mundo, ele continua sendo o país em que mais ocorre a morte de transexuais e travestis, “sendo 868 mortes nos últimos oito anos, dado esse publicado pela organização não governamental TGEu (Transgender Europe) em novembro de 2016”.

Pessoas gays, lésbicas, bissexuais, transgêneras, travestis, transexuais e de tantas outras expressões de sexualidade e identidade de gênero não são marginalizadas ou expostas à violência gratuita, física ou simbólica, por serem ou estarem desprovidas de qualquer bem material, mas por manifestarem identidade e expressão de gênero, orientação sexual e comportamentos sexuais dissonantes daqueles entendidos como “natural” ou “normal”; [...] as pessoas que se enquadram nesse leque multicolor de minorias sexuais não são estimadas, valorizadas, tidas como iguais pela sociedade, não são reconhecidas (MORAES, 2017, p. 272).

Assim, a mudança constante do nome do movimento atualmente conhecido por LGBTQIA+ não se dá de maneira arbitrária, e sim por um reflexo do que está acontecendo na sociedade.

Se cada uma das letras representa uma vertente da comunidade, podemos concluir que cada vez mais novas vertentes, nascidas de novas experiências de vida, se aglomeram em volta dessa identidade geral, criando novos núcleos e novas identidades (BORTOLETTO, 2019, p. 12).

2.2 Sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual

Na sociedade atual, apesar dos avanços tecnológicos e de como o acesso à informação se tornou muito mais prático, ainda é comum que exista certa dificuldade em se diferenciar sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. É importante que a diferença entre tais termos seja esclarecida para que estereótipos possam ser evitados e para que ocorra a conscientização das pessoas.

Segundo Stoller (1968 *apud* OAKLEY, 2016):

Para determinar o sexo, é preciso verificar as seguintes condições físicas: cromossomos, genitália externa e interna, gônadas, estado hormonal e características secundárias do sexo... O sexo de alguém é, então, determinado por uma soma algébrica de todas essas qualidades [...] (STOLLER, 1968 *apud* OAKLEY, 2016, p. 64).

Jesus (2012) afirma que o gênero, ao contrário do sexo, não é algo biológico, e sim social. É, pelo gênero, que uma pessoa se identifica como homem, mulher, os dois ao mesmo tempo ou nenhum deles, e não pelo sexo.

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente (JESUS, 2012, p. 8).

Uma vez que sexo e gênero não são a mesma coisa, uma pessoa pode ou não se identificar com o sexo que possui. Quando ocorre a identificação, trata-se de um indivíduo cisgênero. Quando não, é chamado de transgênero (JESUS, 2012).

Além do cisgênero e do transgênero, existe também o gênero não binário, que, segundo Reis e Pinho (2016):

[...] além de transgredirem à imposição social dada no nascimento, ultrapassam os limites dos polos e se fixam ou fluem em diversos pontos da linha que os liga, ou mesmo se distanciam da mesma. Ou seja, indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações (REIS; PINHO, 2016, p. 14).

De acordo com Jesus (2012, p. 12), a orientação sexual, por sua vez, diz respeito à atração afetivo-sexual que uma pessoa sente por outras, podendo elas serem do mesmo gênero ou não. Para a autora, “não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas”.

2.3 Linguagem não binária/neutra

Segundo Freitas (2016), partindo do princípio de que os substantivos da língua portuguesa possuem gênero, subdividindo-se em masculino ou feminino, ativistas do movimento feminista e LGBTQIA+ começaram a defender a criação de uma “linguagem não binária” ou “linguagem neutra” por entenderem que pessoas não

binárias não são incluídas na língua, uma vez que ela não possui uma outra opção além do feminino ou masculino.

Segundo Santos (2019), foram sugeridos diferentes meios para tornar a língua portuguesa inclusiva, entre eles os mais comuns são o uso de @, x ou -e em palavras de gênero masculino ou feminino terminadas em -o e -a. Tais estratégias preocupam alguns linguistas, uma vez que interferir em uma língua não é algo simples:

Primeiro, a mudança inerente a qualquer língua não se dá por imposição, além de levar anos para ser consagrada pelo uso. Segundo, a fala é um contínuo organizado de sons, cuja sequência segue regras internas à língua. Terceiro, nosso sistema de escrita é regido pelo critério fonológico, ou seja, procura representar aproximadamente os fonemas pelas letras, de modo que, quando chegamos à escola, associamos o conhecimento internalizado sobre a língua oral ao processo de aprendizagem de escrita e leitura (SANTOS, 2019, p. 161).

Como mencionado, segundo Santos (2019), uma vez que o sistema de escrita da língua portuguesa é regido pelo sistema fonológico, o uso de x em palavras como *alunxs* e *meninxs* só funcionaria em sua forma escrita, já que é impronunciável, e, por esse motivo, não é uma estratégia cabível de ser aplicada na língua portuguesa.

Santos (2019) argumenta que, por mais que o x esteja presente no alfabeto da língua portuguesa, não é possível pronunciá-lo na posição que ocupa em *alunxs*, por exemplo, uma vez que não corresponde a nenhum de seus possíveis fonemas, como “/z/ (‘exemplo’); /ʃ/ (‘xale’); [...] /ks/ (‘tóxico’), a depender do ambiente em que se encontra na sílaba” (SANTOS, 2019, p. 170). Em palavras como *alunxs*, a sílaba seria *-nxs*, algo que vai contra as regras fonológicas da língua por apresentar o encontro consonantal de mais de duas consoantes e, principalmente, por não apresentar vogal, tornando-a impronunciável.

De acordo com Santos (2019), também ocorre um impasse em relação ao símbolo @, que, além de ser impronunciável e não se tratar de uma letra do nosso alfabeto, mantém uma marcação binária, uma vez que dá ao leitor a possibilidade de trocá-lo por -o ou -a somente, e não cria verdadeiramente uma opção neutra.

Além disso, a utilização do x ou do @ prejudica a compreensão de pessoas cegas ou com baixa visão que utilizam softwares de leitura de tela, visto que tais programas acabam emitindo sons incompreensíveis por não estarem aptos a decifrar palavras que possuam esses símbolos (TENENTE, 2016). Dessa maneira, a

substituição de *-a* ou *-o* por *x* ou *@* acaba se tornando excludente, situação que vai contra o propósito da implementação da linguagem neutra.

Santos (2019) conclui que a estratégia mais cabível, então, é o uso de *-e*, uma vez que, por ser uma vogal, não apresentaria problemas ao compor uma sílaba, como o que ocorre com o uso de *x* e *@*. Apesar de apresentar esse ponto positivo, o uso de *-e* não é sempre possível, já que muitas vezes a marcação de gênero não se dá somente por meio da oposição entre *-o* e *-a*.

O uso de *'-e'* serviria para neutralizar gênero apenas em palavras em que a oposição gramatical feminino-masculino se dá pela oposição Æ^2 vs. *'-a'*. Já excluimos, então, [...] palavras terminadas em *'-e'*, como *'atendente'* e *'assistente'*, que não têm oposição de gênero marcada morfológica ou fonologicamente, pois *'e'* é vogal temática. Também palavras terminadas em *'-ista'*, e palavras terminadas em *'-a'* como *'testemunha'* e *'vítima'* ficam excluídas da necessidade de se neutralizar gênero, uma vez que o *'-a'* final também não marca gênero, mas é vogal temática. Assim, somente palavras como *'aluno'*, *'menino'*, *'secretário'*, *'todo'*, *'os'* poderiam ser neutralizadas para *'alune'*, *'menine'*, *'secretárie'*, *'tode'*, *'es'* (SANTOS, 2019, p. 171).

Segundo Santos (2019), alterações como essas não são tão simples, já que não envolvem somente uma palavra, e sim todo o sistema da língua. Em uma frase, por exemplo, se uma palavra for neutralizada, todo o sistema tem que sofrer alteração, visto que a língua exige a concordância de gênero. Sendo assim, “uma sentença como *'Todos os alunos são bem-vindos'* deve ser, necessariamente, “traduzida” para *'Todes es alunes são bem-vindes'*” (SANTOS, 2019, p. 171).

Existem impasses mesmo em palavras que apresentam a oposição entre *-o* e *-a*, como assinala Santos (2019). Palavras terminadas em *-co* e *-go*, por exemplo, teriam que sofrer alterações que vão além da simples troca de *-o* ou *-a* por *-e*. Para manter a mesma pronúncia presente em *médico* e *amigo*, a troca por *-e* não é o bastante, o que implica na mudança de *-co* por *-que* (*médico/medique*) e *-go* por *-gue* (*amigo/amigue*).

Além dessa situação, a autora discute acerca das palavras masculinas terminadas em consoante (gênero não-marcado) em oposição às palavras femininas marcadas em *-a*:

[...] uma estratégia de acordo com a teoria disponível e empiricamente compatível seria resgatar a vogal temática teórica proposta por Câmara Jr.

² Segundo Santos (2019), o símbolo “ Æ ” corresponde a um morfema nulo, visto que o gênero masculino não é marcado.

(2006[1970]), que foi suprimida ao longo do desenvolvimento da língua [...]. Assim, caso a pessoa designada por essas palavras não se identifique nem com o feminino, nem com o masculino, tem a alternativa de ser chamada de 'professore' e o plural, 'professores', não precisa ser neutralizado, uma vez que -e- é vogal temática e não marca gênero (SANTOS, 2019, p. 17).

A partir da análise das estratégias elaboradas com o intuito de criar uma “linguagem não binária” ou “linguagem neutra”, Santos (2019) conclui que, apesar de o uso de -e ser o mais cabível, ainda não pode ser considerado plenamente satisfatório, visto que só é possível em palavras que apresentam a oposição entre -o e -a.

Apesar de tal estratégia não ser plenamente satisfatória, é inegável que a “linguagem não binária” ou “linguagem neutra” está cada vez mais sendo utilizada, e, dessa maneira, pode continuar a ser desenvolvida a ponto de tornar-se mais adequada à língua. De acordo com Santos (2019), por mais que a variação seja algo natural, toda mudança linguística passa por um período de resistência:

Apesar de variação e mudança serem inerentes a qualquer língua, é preciso considerar que i) essa mudança não se dá por imposição e ii) segue um curso sistemático, que leva tempo, e nunca se desgarra abruptamente das regularidades do sistema. Quanto ao primeiro ponto, se imposição tivesse o poder mudar o sistema da língua, todos nós falaríamos e escreveríamos conforme as normas gramaticais ditas “cultas”, ou padrão (SANTOS, 2019, p. 172).

Santos (2019) aponta uma outra maneira de se neutralizar uma frase. A autora demonstra como é possível se dirigir a uma plateia sem utilizar somente a forma masculina. Nesse caso, a alternativa requer maior especificidade, já que, no lugar de dizer “bom dia a todos”, por exemplo, seria dito “bom dia a todas e todos”. Porém, por mais que seja viável, textos assim seriam menos econômicos e continuariam perpetuando o binarismo na língua.

Além do intuito de tornar a língua mais inclusiva àqueles que não se veem representados pela dicotomia do masculino e feminino, as pessoas não binárias, a linguagem neutra também começou a ser levada em consideração a partir do momento em que ativistas do movimento feminista passaram a entender a língua portuguesa como um sistema machista, uma vez que o gênero masculino está sempre em evidência. A questão é que, em uma plateia, por exemplo, basta a presença de um homem para que seja utilizada a palavra “todos”, mesmo que as mulheres estejam em maior número. Segundo os defensores da linguagem neutra, ela seria a ideal para

situações como essa, para que um público misto não fosse generalizado pelo gênero masculino.

2.4 A visão da gramática sobre os morfemas de gênero

A afirmação de que a língua portuguesa é machista é um assunto polêmico, já que alguns linguistas de renome defendem a ideia de que o único gênero marcado da língua portuguesa é o feminino. Para entender esse posicionamento, é necessário apresentar alguns conceitos fundamentais da morfologia.

Como apontam Faustino e Feitoza (2016), a morfologia é uma área de estudos da língua, que se delimita a estudar a forma das palavras, o modo como são estruturadas. Nesse sentido, a morfologia estuda os morfemas e suas diversas combinações, uma vez que, juntos, constituem as palavras.

Uma vez que os morfemas formam as palavras, é possível que possam ser confundidos com as sílabas, porém esses conceitos diferenciam-se bastante. A sílaba também é uma parte integrante da palavra, mas para que exista necessita da presença de uma vogal. Para que fique clara a diferença entre os dois termos, Faustino e Feitoza (2016) apresentam um exemplo:

[...] a palavra *morango* é formada por três sílabas. Então, sua divisão silábica seria: *mo-ran-go*. Já para identificarmos o morfema dessa mesma palavra, precisamos entender que morfemas são unidades mínimas de caráter significativo, capazes de se articularem entre si para construir a palavra. Portanto, nesse caso, temos os morfemas: *morang* + *o* (FAUSTINO; FEITOZA, 2016, p. 3).

Sendo assim, de acordo com Faustino e Feitoza (2016), desde que tenha significado, um morfema pode se inscrever de diversas maneiras, podendo até mesmo ser uma sílaba ou mais de uma, por exemplo. Para esclarecer como se dão esses significados, é necessário apresentar os tipos de morfemas que constituem uma palavra. São eles:

- **Radicais** – morfemas chamados de base, ou parte fixa das palavras. São eles que determinam o sentido, isto é, a ideia básica da palavra.
- **Desinências** – morfema acrescentado ao radical para indicar flexão.
- **Afixos** – morfemas que aparecem antes (prefixos) ou depois (sufixos) dos radicais, ou seja, aparecem no início ou no final da palavra (BASILIO, 2004 *apud* FAUSTINO; FEITOZA, 2016, p. 4).

2.4.1 Vogal Temática

Segundo Rosa (2018), as vogais temáticas são aquelas que se juntam aos radicais das palavras, constituindo seus temas, que, segundo Bechara (2006, p. 337), são “a parte pronta [...] para receber a desinência e o sufixo”. São dois os tipos de vogais temáticas: as nominais e as verbais.

As vogais temáticas nominais da língua portuguesa são *-a*, *-e* e *-o*. É comum que as vogais temáticas sejam confundidas com as desinências de gênero, porém é importante ressaltar que não são sinônimos. As vogais temáticas, ao contrário das desinências, não causam a flexão de gênero nas palavras. Para deixar claro, Faustino e Feitoza (2016) apresentam o seguinte exemplo: “as palavras *livro* e *carta* são, respectivamente, do gênero masculino e feminino, e ambas são admitem flexão de gênero” (p. 24). Assim, por mais que tais palavras sejam do gênero masculino e feminino, por não serem passíveis de flexão de gênero, se faz presente a vogal temática.

Já as vogais temáticas verbais são representadas por *-a*, *-e*, *-i* e *-o*, e a partir delas, criam-se as conjugações. Quando os verbos estão no infinitivo, torna-se possível identificá-las, uma vez que se posicionam antes do *-r*. Dessa forma, as conjugações seguem a ordem alfabética: os verbos com *-a* são da primeira conjugação, os com *-e* são da segunda e os com *-i*, da terceira. Os verbos com *-o* também fazem parte da segunda conjugação, uma vez que o verbo “*pôr*”, por exemplo, surge do português arcaico “*poer*” (FAUSTINO; FEITOZA, 2016).

De acordo com Faustino e Feitoza (2016, p. 25), em algumas palavras existe a possibilidade de ocorrência de duas vogais temáticas, uma verbal e outra nominal. “Isso ocorre em substantivos derivados de verbo (*arm-a-ment-o*: *-a* é verbal e *-o* é nominal)”.

2.4.2 Morfemas de gênero

Apesar de o gênero ser apresentado como uma desinência nominal, ou seja, algo que indica a flexão das palavras, tal definição ainda não está totalmente finalizada, uma vez que existem diversas contradições acerca do seu conceito e do que é realmente responsável por sua indicação: a flexão ou a derivação. (PAOMANES; RIBEIRO, 2013). Como aponta Rosa (2018, p. 161), “a dificuldade em

distinguir flexão de derivação resulta basicamente do fato de ambas poderem ser expressas pelos mesmos tipos de processos gramaticais”.

Para Mattoso Câmara Júnior (1970), a derivação, ao contrário da flexão, não é sistemática, ou seja, não possui uma característica homogênea. Isso se dá a partir do momento em que uma derivação pode ocorrer em um dado vocábulo e não ocorrer em outro, mesmo que esse seja similar àquele:

De cantar, por exemplo, deriva-se cantarolar, mas não há derivações análogas para falar e gritar, outros dois tipos de atividade da voz humana. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso (CÂMARA JR., 1970, p. 81).

Segundo o autor, a flexão se faz necessária para que exista a concordância dentro da frase, sendo, assim, imposta por sua natureza.

Há concordância de número singular e plural e de gênero masculino e feminino entre um substantivo e seu adjetivo, como há concordância de pessoa gramatical entre o sujeito e o verbo, e depende da espécie de frase a escolha da forma temporal e modal do verbo (CÂMARA JR., 1970, p. 82).

A derivação, por resultar em um novo vocábulo, não possui esse caráter obrigatório presente na flexão. A partir da derivação são criadas diversas palavras diferentes, o que enfatiza o seu caráter assistemático. Segundo Faustino e Feitoza (2016), a criação de novas palavras se dá com o acréscimo de afixos às palavras primitivas, algo que, além de permitir a mudança de sentido, também permite a alteração da classe gramatical das palavras.

Já a flexão possui um espaço limitado de atuação: “nesta, o que se estabelece são “relações fechadas” (HALLIDAY, 1962, p. 9 *apud* CÂMARA JR., 1970, p. 82). “É uma relação fechada, por exemplo, que vigora entre cantávamos e todas as demais formas do verbo cantar, ou entre lobos ou loba o nome básico singular lobo” (CÂMARA JR., 1970, p. 82). Por ser uma relação fechada, a classe gramatical das palavras não se altera.

Mattoso Câmara (1970) aponta algumas incoerências relacionadas à flexão de gênero presentes nas gramáticas tradicionais do português. A primeira diz respeito ao gênero ser associado ao sexo. Segundo o autor, o gênero está presente em todos os substantivos da língua portuguesa, estando relacionados a seres sexuados ou coisas, como por exemplo *casa* e *ponte*, substantivos femininos, e *palácio* e *pente*,

masculinos. Câmara Jr. enfatiza que mesmo em substantivos sexuados há a diferença entre gênero e sexo, uma vez que a palavra *testemunha*, por exemplo, está sempre no feminino, por mais que possa estar relacionada a um homem ou mulher. Em relação aos animais, existem os substantivos epicenos, como *cobra*, que está sempre no feminino.

Para Mattoso Câmara (1970), assim como as conjugações são distribuições por classes mórficas para os verbos, essa relação também se dá com o gênero em relação aos nomes:

A única diferença é que a oposição masculino – feminino serve frequentemente para em oposição entre si distinguir os seres por certas qualidades semânticas, como para as coisas as distinções como jarro – jarra, barco – barca, etc., e para os animais e as pessoas a distinção do sexo, como em urso – ursa, menino – menina (CÂMARA JR., 1970, p. 88).

A segunda incoerência presente nas gramáticas tradicionais apontada por Câmara Jr. (1970, p. 89) é a não distinção entre “flexão de gênero e certos processos lexicais ou sintáticos de indicar o sexo”. Para o autor, ao contrário do que está presente nas gramáticas, *mulher* não é o feminino de *homem*, já que esse substantivo está sempre no feminino.

Na descrição da flexão de gênero em português não há lugar para os chamados “nomes que variam em gênero por heteronímia”. O que há são substantivos privativamente masculinos, e outros, a eles semanticamente relacionados, privativamente femininos. Tal interpretação, a única objetiva e coerentemente certa, se se [*sic*] estende aos casos em que um sufixo derivacional se restringe a um substantivo em determinado gênero, e outro sufixo, ou a ausência de sufixo, em forma nominal não-derivada, só se aplica ao mesmo substantivo em outro gênero. Assim, imperador se caracteriza, não flexionalmente, pelo sufixo derivacional *-dor*, e imperatriz, analogamente, pelo sufixo derivacional *-triz*. Da mesma sorte *galinha* é um diminutivo de *galo*, que passa a designar as fêmeas em geral da espécie “galo”, como *perdigão* é um aumentativo limitado aos machos da “perdiz”. Dizer que *-triz*, *inha* ou *-ão* são aí flexões de gênero é confundir flexão com derivação (CÂMARA JR., 1970, p. 89).

Assim, Mattoso Câmara (1970) afirma que o gênero também pode ocorrer por meio da derivação, já que os sufixos femininos das palavras *imperatriz* e *galinha*, e o masculino de *perdigão* não seguem uma regra restrita e não se aplicam a muitos vocábulos, o que vai contra a característica sistemática e obrigatória da flexão.

Da mesma maneira, o autor declara que não é correta a distinção de gênero apontada pelas palavras *macho* e *fêmea* em relação aos substantivos epicenos. Como

foi citado anteriormente, a indicação do sexo não muda o gênero do substantivo. Para indicar o sexo de uma cobra, por exemplo, é possível dizer *a cobra macho*, sendo o gênero da palavra mantido pelo uso do artigo feminino *a* (CÂMARA JR., 1970).

Segundo Mattoso Câmara (1970):

[...] a flexão de gênero é uma só, com pouquíssimos alomorfes³: o acréscimo, para o feminino, do sufixo flexional *-a* (/a/ átono final), com a supressão da vogal temática, quando ela existe, no singular: *lobo + a = loba*; *autor + a = autora*" (CÂMARA JR., 1970, p. 89-90).

De acordo com Kehdi (1979), Câmara Jr. propõe a ideia de um masculino não-marcado (Ø) em oposição a um feminino marcado (-a), indo contra a gramática tradicional, que apresenta a forma masculina *-o* em oposição a feminina *-a*. Mattoso Câmara propõe essa mudança uma vez que *-o* não é a única marca que se opõe a *-a*. Essa oposição também ocorre com *-e* (*mestre/mestra*), porém, o *-e* não se caracteriza como uma marcação do masculino, uma vez que pode estar ligado a ambos os gêneros, como em *ponte* (feminino) e *monte* (masculino).

Dessa maneira, se a lógica da oposição não pode ser aplicada tanto para *-o* quanto para *-e*, o mais adequado é considerar o masculino como uma forma não-marcada em oposição ao feminino *-a*. "A vogal final das formas masculinas seria, então, uma vogal temática." (KEHDI, 1979, p. 315).

Sírio Possenti (2012) segue o mesmo raciocínio ao assinalar que "os nomes com marca de gênero, em português, coincidem exatamente com os que estamos acostumados a considerar femininos. Os outros casos, todos, seriam considerados sem gênero (inclusive os nomes considerados masculinos)." Dessa forma, utilizar o gênero masculino para se referir a um grupo misto de pessoas não seria preconceituoso, tendo em vista que se caracteriza como o gênero neutro da língua portuguesa (MUNIZ, 2018).

O gênero masculino é dado como neutro devido às origens da língua portuguesa. No latim, além do gênero feminino e masculino, existia também o gênero neutro, utilizado para seres inanimados. A separação entre seres animados e inanimados, porém, não era precisa, visto que não era possível aplicar o gênero neutro em todas as palavras que se referiam a seres inanimados (OLIVEIRA, 2015). Além

³ Quando um mesmo morfema apresenta sons distintos, porém com o mesmo sentido, é chamado de alomorfe. (LIEBER, 2009 *apud* ISHY, 2014, p. 267)

dessa inconsistência, segundo Muniz (2018), na transição do latim para a língua portuguesa, os gêneros masculino e neutro tornaram-se muito semelhantes. Com essa semelhança, a divisão entre dois gêneros não era mais necessária, o que tornou o masculino o gênero neutro da língua portuguesa.

O posicionamento de Câmara Jr vai contra o de outro linguista de renome: Evanildo Bechara. Para Bechara (2006), existe a marca de gênero pela oposição dos morfemas *-o/-a*, ou seja, *-o* seria, para o linguista, um morfema de gênero.

Segundo Kehdi (1979), apesar da originalidade dos estudos de Mattoso Câmara e de todo o seu prestígio, a tese de um masculino não-marcado é refutável. No momento em que uma terminação que contém *-o* é adicionada a uma palavra feminina, essa palavra se torna masculina, como por exemplo em *uma mulher/um mulheraço* e *uma casa/um casarão*. Além disso, Kehdi (1979) acrescenta que:

[...] o povo, em sua linguagem espontânea, cria formas masculinas sempre em *-o*; p. ex., faz-se corresponder ao feminino *coisa* o masculino *coiso*, inexistente na língua culta. Todos esses fatos nos levam a concluir que *-o* está intimamente associado à noção de masculino (KEHDI, 1979, p. 317).

Apesar da conclusão de Kehdi (1979) supramencionada, o autor assinala que ainda há um argumento contrário a isso para o qual não se obteve resposta. Kehdi refere-se a obrigatoriedade que se teria em caracterizar o *-e* como desinência de gênero, uma vez que se opõe a *-a* assim como *-o*. Porém, como já discutido anteriormente, tal caracterização é inaceitável, já que o *-e* está presente tanto em palavras masculinas como femininas. Acerca disso, o autor argumenta:

Dissemos *aparentemente* irrespondível, porque não nos devemos esquecer do importante fenômeno do *amálgama*, “quando dois ou vários monemas⁴ são fundidos de modo tão indissolúvel que, se descontar-mos [*sic*] os diversos significados de cada um no plano do conteúdo, só observaremos um único segmento no plano da forma” (4) Isso equivale a dizer que certos morfemas acumulam mais funções, têm mais “peso”, do que outros (KEHDI, 1979, p. 317).

Segundo Kehdi (1979), o amálgama é um fenômeno comum e importante para uma língua. Se cada morfema fosse associado a uma só função, a língua se tornaria muito mais difícil de ser apreendida, uma vez que os falantes teriam diversas

⁴ Monemas são unidades mínimas que possuem significado. (MARTINET, 1971, p. 13 *apud* MONTALVÃO, 2008, p. 12)

formas para memorizar. Sendo assim, o amálgama se torna necessário para fazer com que uma língua seja o mais econômica possível.

Kehdi (1979) conclui que:

[...] podemos afirmar que, em português, -o, -a e -e são, basicamente, atualizadores léxicos, cuja função “é a de, unindo-se a um tema, constituírem com esse imediatamente uma palavra, pronta a ser utilizada como tal no discurso” (6). Entretanto, as terminações -o e -a, quando comutam com -a e -o, respectivamente, acumulam a função de expressão do gênero, o que não se passa com -e (KEHDI, 1979, p. 318).

Partindo dos critérios de diferenciação entre flexão e derivação de Mattoso Câmara Jr., Rocha (1998) apresenta sua proposta a fim de torná-los mais lógicos. A partir de seus estudos, Rocha constatou que somente 4,5% dos substantivos referem-se a seres assexuados, e que a maior parte desses substantivos não possui a marca morfológica de gênero, pertencem a um gênero único. Sendo assim, dada a regularidade e sistematicidade da flexão, “não se pode generalizar e dizer que o substantivo se caracteriza pelo fato de receber flexão de gênero” (ROCHA, 1998, p. 10).

Em relação à concordância, Rocha (1998) vai contra a ideia de que o gênero do substantivo se dá a partir da natureza da frase:

Quando alguém diz: - Haverá uma inflação desenfreada em dezembro, não é a natureza da frase que nos obriga a usar *inflação* no feminino. *Inflação* será um item feminino em qualquer frase. Em: - *Esta aluna está interessada numa bolsa de estudos*, não é a natureza da frase que nos obriga a usar *aluna* (em vez de *aluno*), mas sim, a situação (ROCHA, 1998, p. 14).

O autor afirma que a natureza da frase pode exigir que um adjetivo, artigo ou pronome concordem com o substantivo, porém o contrário não ocorre. Assim, “de acordo com o critério da concordância, o gênero do substantivo não pode ser considerado, portanto, como flexão” (ROCHA, 1998, p. 15).

De acordo com Rocha (1998), o fato de que os substantivos da língua portuguesa possuem, na maioria das vezes, um gênero próprio, faz com que não exista caráter opcional:

Nos casos em que o gênero está relacionado com o sexo, a língua apresenta vários exemplos de gênero exclusivo, obrigatório, o que vale dizer, não-opcional: *homem, boi, criança, cônjuge, jacaré, mosquito, abade, czarina*, etc. Em alguns poucos casos, o falante pode criar o par correspondente (*soldado*,

musa), o que vem caracterizar a opcionalidade a que se refere SANDMANN. É por isso que os pares do tipo *gato/gata*, *professor/professora*, *chefe/chefa*, *muso/musa*, *soldado/soldada* devem ser considerados como derivação e não, como flexão (ROCHA, 1998, p. 19).

Segundo Cunha (2008), ao analisar os critérios de distinção entre flexão e derivação de Mattoso Câmara, Rocha concluiu que tais critérios foram bem colocados, porém notou que o autor pecou ao analisar se a mudança de gênero do substantivo pertence à flexão ou à derivação.

A fim de sanar algumas dúvidas relacionadas à variação de gênero dos substantivos, Botelho (2004) discute a formação do feminino dos substantivos a partir da problemática existente entre flexão e derivação. Para o autor, “os problemas acerca da “flexão” de gênero dos substantivos [...] são mascarados devido ao tratamento que as nossas gramáticas dão ao assunto” (BOTELHO, 2004, p. 86).

De acordo com Botelho (2004), apesar de o morfema *-a* ser o mais comum na formação do feminino dos substantivos, isso não faz com que ele seja o único possível na língua portuguesa. Dessa forma, com os substantivos, o processo é assistemático e irregular, diferente do que ocorre com os adjetivos, nos quais o processo é sistemático por acrescentar ou o morfema *-a*, no caso dos adjetivos biformes (*lindo (a)*, por exemplo), ou nenhum morfema, como visto em adjetivos uniformes (*simples*, *feliz*).

Sendo assistemático o processo de formação de feminino desta classe a partir de uma forma-base de masculino, cuja forma consequente pode normalmente ser relacionada em dicionários, não se pode ver aí flexão; não sendo o morfema “*-a*”, pois, indicador de uma flexão ou desinência de gênero, como quer a tradição (BOTELHO, 2004, p. 88).

Botelho (2004) ressalta que o morfema *-a* só deve ser considerado como morfema do gênero feminino quando for oposto a uma forma-base masculina, como o que acontece com *menino/menina*, uma vez que se não ocorrer essa oposição, o morfema será apenas uma vogal temática, como pode ser notado em palavras como *casa* e *mala*. Portanto, o autor afirma que “não é a simples presença de um “*-a*”, átono final, que expressa o feminino dos nomes substantivos; é a sua presença em oposição a uma forma-base de masculino sem este “*-a*”. E isto não implica dizer que se trata de flexão” (BOTELHO, 2004, p. 89).

Segundo Botelho (2010), todos os substantivos apresentam um gênero pré-determinado, imanente, tendo em mente que substantivos como *artista* e *estudante*,

que podem ser tanto femininos como masculinos, são uma exceção, já que dependem do que o falante deseja expressar. Assim, o gênero é dividido em dois grupos: “(de um lado os masculinos - todos a que se pode antepor o artigo masculino; do outro, os femininos - todos a que se pode antepor o artigo feminino).” (BOTELHO, 2004, p. 90).

Como assinala Piza:

[...] há dificuldade em classificar as palavras, pois nem sempre é simples rotulá-las, pô-las em gavetas, nas quais fiquem bem comportadas e acomodadas. Fatos morfológicos são complexos e dinâmicos, mutáveis no tempo. Parece que, em Morfologia, é preciso conformar-se com a inexistência, às vezes, de fronteiras rígidas e bem definidas. Ao lado de exemplos caracterizáveis como representantes de certas categorias, há também fatos flutuantes e não bem caracterizados (PIZA, 2012, p. 203).

Dessa forma, a autora explica que é comum que existam contradições acerca de determinados assuntos, uma vez que a Morfologia é complexa e está constantemente se renovando.

3 ANÁLISE DO DISCURSO

3.1 A Análise do Discurso em contraposição aos estudos saussurianos

As mudanças que ocorrem na língua não são meramente lexicais, elas são ideológicas. Para analisar uma mudança na língua, não basta observar a língua, mas o somatório do sujeito mais a história. Nesse sentido, a Análise do Discurso traz relevantes contribuições para a tentativa de compreensão da emergência de determinados discursos, materializados pela língua, em determinados momentos sociais e históricos, como é o caso do assunto desta pesquisa: a linguagem não binária que teve sua emergência neste momento da humanidade.

Para entender melhor essa área de estudo da língua, precisamos voltar às contribuições de Saussure. O linguista priorizava o estudo da língua pela língua, dando enfoque ao estudo sincrônico ao invés do diacrônico, estudo vigente até então. Por sincronia, entende-se o estudo de um recorte de determinado estado da língua, de elementos que coexistem. Sendo assim, Saussure não se preocupava em estudar a linguagem dentro da história, o estudo da língua através do tempo, ou seja, a diacronia (BUBLITZ; FORNECK; SPOHR, 2015).

De acordo com Fiorin, Flores e Barbisan (2013), o estudo sincrônico foi priorizado a partir do momento em que Saussure percebeu a falta de consciência das pessoas em relação ao que diziam, uma vez que não tinham o hábito de pensar sobre o modo como a língua se inscrevia anteriormente, não se baseavam no passado. Sendo assim:

[...] para a consciência dos sujeitos falantes, as mudanças, apesar de reais, não são percebidas. Em outras palavras, embora a língua tenha uma história, esta escapa à consciência dos sujeitos falantes, e essa sucessão contínua de ordem diacrônica não cessa de se dissolver na dimensão do presente, isto é, na dimensão da sincronia (FIORIN; FLORES; BARBISAN, 2013, p. 40).

Todos os estudos que surgiram depois de Saussure dialogam com ele de alguma maneira, seja para concordar ou discordar (FIORIN; FLORES; BARBISAN, 2013). A Análise do Discurso, por exemplo, surge para questioná-lo, uma vez que tem como objeto de estudo os discursos que, segundo Fernandes (2008, p.17), “devem ser pensados em seus processos histórico-sociais de constituição”. Dessa maneira, a

Análise do Discurso tem a história como um dos elementos fundamentais para suas análises, o que a diferencia dos estudos saussurianos.

3.2 O Discurso

De acordo com Orlandi (1999), o discurso não pode ser relacionado à fala, uma vez que passaria a ser visto como um sistema que se opõe à língua. Apesar de não ser a fala, depende dela para existir, como explica Fernandes (2008):

Inicialmente, podemos afirmar que discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. [...] Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real (FERNANDES, 2008, p. 12).

Assim, de acordo com Fernandes (2008), o discurso envolve questões que são exteriores à língua, questões histórico-sociais, ideológicas. A ideologia refere-se ao modo como o sujeito compreende o mundo, levando em consideração o contexto em que está inserido, seu grupo social. Dessa maneira, discurso e ideologia são indissociáveis, uma vez que “partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia” (ORLANDI, 1999, p. 17).

Para analisar o discurso, são levados em consideração os sentidos produzidos a partir dele. Tais sentidos, diferentemente dos significados que aparecem nos dicionários, não são estáveis, uma vez que resultam dos lugares socioideológicos em que os sujeitos se encontram. Sendo assim, uma mesma palavra não terá o mesmo sentido quando empregada em discursos distintos.

O discurso, tendo como inerente a ele os sentidos, também apresenta essa variabilidade:

[...] a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 1999, p. 15).

Segundo Fernandes (2008), levando em consideração que, no social, na exterioridade do linguístico, existem simultaneamente diversos tipos de opiniões e posicionamentos, existem também diferentes discursos que coexistem. Essas diferenças resultam da posição ideológica dos sujeitos, e dessa maneira surgem os embates linguísticos.

Segundo Curcino (2012), a Análise do discurso não procura o sentido escondido nos enunciados, mas busca analisar as condições que possibilitam que um dado discurso, por meio da língua, seja produzido e circule socialmente. O que pode e deve ser dito é determinado por fatores históricos e sociais.

Tal afirmação relaciona-se ao momento histórico pelo qual passamos em que a preocupação com o respeito à diversidade passou a fazer parte das discussões e isso se reflete na língua, algo que não ocorreria há cem anos, por exemplo. O momento social e histórico permite que determinados enunciados possam emergir.

3.3 O Sujeito

Na Análise do Discurso, como apresenta Fernandes (2008), a definição de sujeito diferencia-se da noção de um indivíduo em particular, da existência de uma pessoa na sociedade. O sujeito discursivo é, na verdade, um sujeito social, do qual emanam diversas vozes que surgem de diferentes discursos. Dessa maneira, há a presença da polifonia (poli: muitos; fonia: vozes), originalmente trazida por Mikhail Bakhtin, que, conseqüentemente, dá a noção de heterogeneidade ao sujeito.

Dado a sua heterogeneidade, o sujeito é constituído por diversas identidades, que surgem a partir de suas diferentes relações estabelecidas com o outro. Sendo assim, a identidade é mutável, está sempre sofrendo transformações, como é explicitado por Fernandes (2008):

As múltiplas identidades que passaram a constituir o sujeito fizeram com que, em diferentes momentos, esse sujeito assumisse diferentes identidades. No interior dos discursos, o sujeito assume diferentes posições, portanto, a sua identidade nunca será a mesma em diferentes momentos e lugares em que se encontre. O sujeito, assim como a identidade, está sempre em movimento, desloca-se constantemente, e cada lugar ocupado por ele o faz mostrar-se outro, diferente de si, o que atesta o caráter contraditório e inacabado da identidade (FERNANDES, 2008, p. 33).

Por ser um conjunto de vozes, o sujeito discursivo é composto por diferentes inscrições socioideológicas, como afirma Orlandi (1999) ao dizer que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”.

É nesse contexto polifônico que a Psicanálise se inscreve na Análise do Discurso. De acordo com Fernandes (2008):

O sujeito tem a ilusão de ser o centro de seu dizer, pensa exercer o controle dos sentidos do que fala, mas desconhece que a *exterioridade está no interior do sujeito*, em seu discurso está o “outro”, compreendido como exterioridade social (FERNANDES, 2008, p. 30).

Nesse sentido, o inconsciente atua sobre o sujeito. De acordo com Fernandes (2008), para Freud, o inconsciente são manifestações psíquicas que fazem com que o sujeito demonstre seus desejos involuntariamente, como em atos falhos, por exemplo. Dessa maneira, segundo Fernandes (2008), o sujeito, além de não ser a “origem do seu dizer”, também não controla os sentidos produzidos a partir de seus discursos, o que muitas vezes o frustra por não ter dito o que realmente queria dizer.

3.4 Formação Discursiva

Segundo Fernandes (2008), uma formação discursiva é um conjunto de diversos discursos diferentes que se insere em determinado momento na história:

[...] refere-se ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas; trata-se da possibilidade de explicitar como cada enunciado tem o seu lugar e sua regra de aparição (FERNANDES, 2008, p. 48)

De acordo com Fernandes (2008), esse conjunto de diferentes discursos é chamado de interdiscurso. Nele, estão presentes discursos vindos de diferentes momentos e lugares sociais, formando uma formação discursiva. Assim, o interdiscurso apresenta o já-dito e o transforma em um jamais-dito, uma vez que os discursos estão sempre se transformando.

Dessa maneira, segundo Fernandes (2008), por mais que a formação discursiva se refira ao que é possível dizer somente em determinado contexto, não significa que ela está relacionada a um só momento, já que reúne discursos oriundos

de diferentes épocas que possibilitam novos efeitos de sentido ao serem incluídos nos contextos atuais.

Uma vez que há a presença de diversos discursos, há também a presença de formações ideológicas inerentes às formações discursivas. É ideologicamente que os sentidos se inscrevem, como aponta Orlandi (1999):

Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (ORLANDI, 1999, p. 43).

Dessa maneira, segundo Orlandi (1999), os sentidos são determinados por suas formações discursivas, de modo que uma mesma palavra, ao ser empregada em diferentes formações discursivas, obtém significados diferentes.

Como explica Fernandes (2008), a interdiscursividade, por exprimir diversos acontecimentos inseridos em contextos diferentes, manifesta uma memória coletiva, a memória discursiva. Tal memória não tem relação com as lembranças de um determinado indivíduo, mas sim com os “acontecimentos exteriores e anteriores ao texto” (FERNANDES, 2008, p. 49). Assim, a memória discursiva recorre ao já-dito, tornando possível a criação de novos discursos a partir dele.

4 O HISTÓRICO E O SOCIAL SE INSCREVEM NA LÍNGUA

A Análise do Discurso, como já visto, busca compreender de que maneira a língua é afetada em determinados contextos históricos-sociais, de modo a explicar historicamente por que determinados enunciados aparecem e não outros em seu lugar. Nessa análise, leva-se em conta as condições que possibilitam que um dado discurso, por meio de enunciados específicos, seja produzido.

Devido ao fato de que a comunidade LGBTQIA+ ainda hoje sofre preconceito constante, a luta por direitos e visibilidade continua e atinge novos âmbitos. Com a conscientização acerca de pessoas não binárias, a comunidade, com o apoio do movimento feminista, passou a problematizar a língua portuguesa por a considerarem excludente. Dessa forma, a criação de uma linguagem neutra passou a ser defendida, uma vez que passaria a incluir todas as pessoas.

Como um momento histórico é materializado pela palavra, a linguagem neutra passou a ser utilizada em situações informais, aumentando, aos poucos, seu alcance, o que tornou possível o seu uso cada vez mais recorrente nos dias de hoje, em que atinge até mesmo pessoas fora da comunidade LGBTQIA+.

A materialização do discurso da comunidade por meio da palavra é uma maneira concreta de demonstrar uma transformação social. Por mais que a linguagem neutra ainda seja algo novo, que pode demorar a fazer parte da norma padrão, já é possível perceber seu impacto na sociedade brasileira atual.

A linguagem neutra começou a ser utilizada em contextos mais pessoais e informais, sendo ultimamente muito difundida na internet, uma vez que é um meio de comunicação muito abrangente. As imagens a seguir ilustram esse uso pessoal da linguagem. Na figura 1, o usuário utiliza a linguagem neutra em uma postagem espontânea, na qual comenta o jogo *Among Us*. Dessa maneira, é possível perceber que essa pessoa passou a utilizar a linguagem neutra em temas cotidianos, não restringindo a assuntos diretamente ligados à comunidade LGBTQIA+. A mesma situação ocorre na figura 2, em que uma pessoa utiliza a linguagem não binária para recepcionar os novos ingressantes do curso de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Figura 1 – Comentário utilizando a linguagem neutra

caras, uma menina ia passar o discord delu pra gente jogar among us mais vezes, só que eu caí da sala antes que elu mandasse o código...

[Translate Tweet](#)

4:51 PM · Oct 20, 2020 · Twitter for Android

Fonte: Twitter, 2020.

Figura 2 – Cartaz escrito na linguagem não-binária

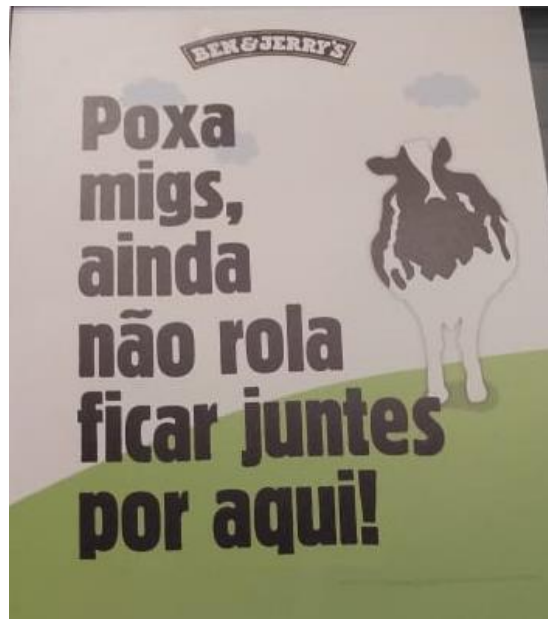


Fonte: Dias, 2020. ⁵

Apesar de ainda estar em construção e sofrer muita resistência, a linguagem não binária, a partir do seu uso recorrente em ambientes diversos, ultrapassou os limites pessoais e alcançou o reconhecimento de grandes empresas, como se pode ver nas seguintes imagens:

⁵ Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-recebe-mais-de-tres-mil-calouros-nesta-segunda>>. Acesso em: 24 out. 2020.

Figura 3 – Sorveteria *Ben&Jerry's*



Fonte: Twitter, 2020.

Figura 4 – Suco *Do Bem*



Fonte: Twitter, 2020.

Figura 5 – Maquiagem Avon



**MAQUI
AGEM
COLOR
TREND**

Make divertido
e ligado nas
tendências combina
sim com qualidade.
E o melhor: é para
todes, desde quem está
começando até quem
já se joga no make.

Fonte: Twitter, 2020.

Figura 6 – Livro *Feminismo em comum: Para todas, todes e todos*


MARCIA TIBURI

**FE
MI
NIS
MO**

**PARA
TODAS,
TODES
E TODOS**

EM COMUM

rosa
tempos

Fonte: Tiburi, 2018.

Por estarem inseridas em uma sociedade capitalista, as empresas procuram sempre seguir o que está em alta para agradar a maior quantidade de clientes possível e continuar ocupando um espaço significativo no mercado. Portanto, o uso da linguagem neutra por tais empresas não garante que estão engajados na causa da comunidade LGBTQIA+ e na do movimento feminista, somente garante sua intenção de atingir novos públicos para se manter relevante. Apesar disso, independentemente do motivo, a utilização da linguagem não binária por instituições conhecidas pelos brasileiros ajuda a impulsionar o movimento, apresentando-o a públicos diversos, que podem não ser alcançados pela internet.

Além das que já foram mencionadas, outras corporações também aderiram à linguagem neutra em suas publicidades. Nas seguintes imagens, porém, existem alguns equívocos. Na figura 7, em um anúncio do aplicativo *Tik Tok*, foi utilizado o x nas palavras “todxs” e “juntxs” a fim de neutralizá-las. Entretanto, como mencionado anteriormente, o uso do x na neutralização de palavras não é adequado, uma vez que é impronunciável. Já nas figuras 8 e 9, o desvio se dá de maneira diferente. Ambas apresentaram o uso de -e no lugar de -a ou -o para que a palavra se tornasse neutra, porém, não neutralizaram todas as palavras necessárias, causando uma dualidade no texto. Na figura 8, apesar de o anúncio ter sido iniciado com “sumide”, posteriormente é utilizado o termo “pronto”, não estando de acordo com a concepção da linguagem neutra. Na figura 9, ao mesmo tempo em que é empregada a forma marcada “afetados”, posteriormente a palavra “juntas” aparece em destaque.

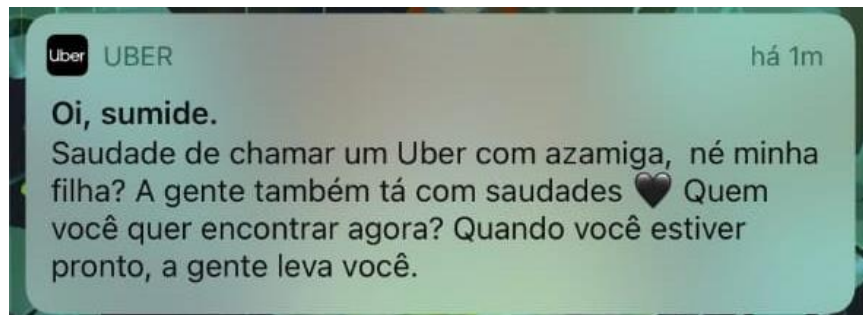
Figura 7 – Festival *Tik Tok*



Fonte: Tik Tok, 2020.⁶

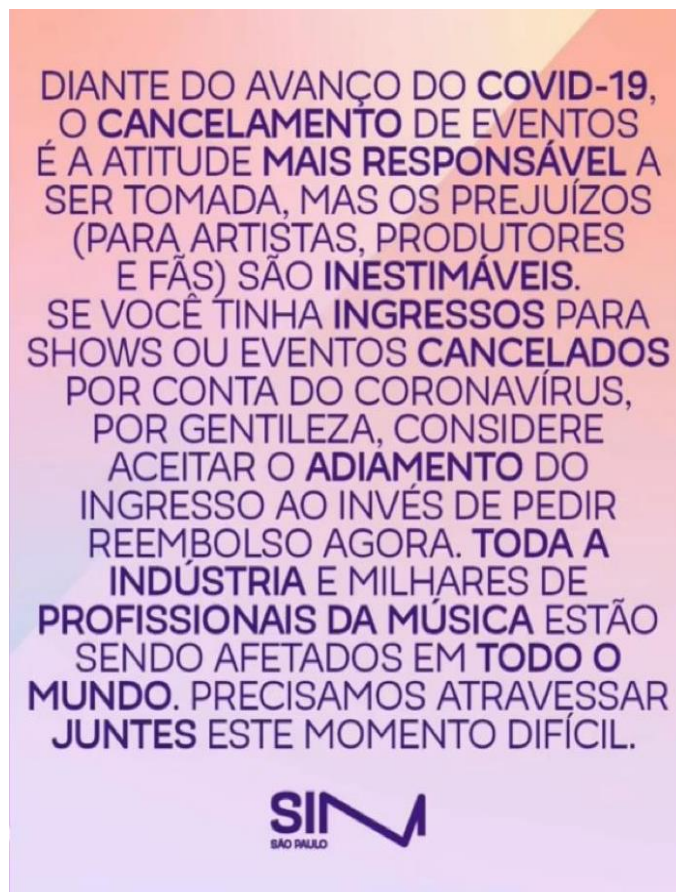
⁶ Disponível em: <<https://beatforbeat.com.br/site/todxs-music-festival-tiktok/>>. Acesso em: 24 out. 2020.

Figura 8 – Anúncio Uber



Fonte: Twitter, 2020.

Figura 9 – Convenção de música SIM São Paulo



Fonte: SIM São Paulo, 2020.⁷

Além das grandes empresas, algumas escolas e universidades também passaram a utilizar a nova linguagem para se dirigirem aos seus alunos. A participação de instituições de ensino no movimento causa um grande impacto, visto que, por se

⁷ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B9sMI8gnF4I/>>. Acesso em: 24 out. 2020.

tratar de um ambiente em que a norma padrão é ensinada e difundida, surpreende ao demonstrar a abertura para algo que foge às regras gramaticais já estabelecidas pela língua portuguesa. Todavia, tais instituições também estão suscetíveis a inadequações. Nas imagens a seguir, em ambas as redes de ensino é utilizado o x para neutralizar as palavras, algo que impossibilita a pronúncia dos termos em questão.

Figura 10 – Termo “alunxs” é adotado em escola

Professores do Pedro II adotam termo 'alunxs' para se referir a estudantes sem definir gênero

Docente recorre a palavra sem artigo "a" e "o" em cabeçalho de prova, enquanto coordenador prega aviso na parede

Raphael Kapa

22/09/2015 - 13:00 / Atualizado em 22/09/2015 - 14:02

Fonte: Kapa, 2015.⁸

Figura 11 – Coordenadora de faculdade adota linguagem neutra

Prezadx alunx,

Informo que as horas referentes às doações de brinquedos e/ou alimentos já estão lançadas no sistema na categoria de horas migradas!
Não serão emitidos certificados para esta atividade!

Bons estudos,

Fonte: Twitter, 2020.

⁸ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professores-do-pedro-ii-adotam-termo-alunxs-para-se-referir-estudantes-sem-definir-genero-17564795>>. Acesso em: 24 out. 2020.

Dessa forma, por mais que a linguagem neutra esteja alcançando cada vez mais pessoas, ainda se trata de um movimento relativamente novo, que requer um uso não espontâneo da língua. Por não ser espontâneo, é comum que ocorram certos equívocos, principalmente por se tratar de algo que ainda não está inscrito formalmente na língua portuguesa. Por esse motivo, alguns manuais passaram a ser escritos, como por exemplo o de Ophelia Cassiano (2019), que criou o *Guia para “Linguagem Neutra”* a fim de conscientizar uma maior quantidade de pessoas e facilitar a compreensão da proposta não binária. Nesse guia, a autora apresenta outras maneiras que possibilitam a neutralização de palavras, já que, em algumas situações, o uso de *-e* não é eficaz. Um exemplo é a utilização de *-u* para neutralizar palavras como *ela/ele* e *dela/dele*, que se tornam *elu* e *delu*, como é possível perceber na figura 1, apresentada anteriormente.

A pronúncia do pronome neutro *elu* pode ser tanto “êlu”, como “élu”. Segundo Cassiano (2019), essa variação na pronúncia torna mais fácil a adaptação, já que as pessoas estão acostumadas com a pronúncia diferente entre “êle” e “éla”. Sendo assim, mesmo que a palavra termine em *-u*, sua sílaba tônica é a primeira, o que implica em uma alteração da regra gramatical que impõe que palavras terminadas em *-u* sejam oxítonas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade LGBTQIA+, pelo preconceito exacerbado, sofre por falta de direitos e visibilidade. Como visto no breve histórico apresentado no primeiro capítulo desta pesquisa, a comunidade não cessa em lutar por seus direitos e tentar fortalecer sua voz até os dias de hoje, a fim de garantir cada vez mais um espaço significativo na sociedade. Da mesma maneira, mulheres continuam buscando por igualdade, lutando contra o machismo. Um dos problemas sociais apontados pelo movimento feminista se dá em relação à língua portuguesa, uma vez que a entendem como um sistema machista por ter o gênero masculino como dominante. A comunidade LGBTQIA+, por sua vez, também passou a problematizar a língua portuguesa ao entender que a existência de somente dois gêneros, feminino e masculino, exclui pessoas não binárias. A atualização da sigla, que passa de LGBT para LGBTQIA+, tem a intenção de abranger todas as pessoas incluídas na comunidade. A inclusão, porém, precisa atingir outros níveis. Dessa maneira, tanto a comunidade LGBTQIA+ como o movimento feminista entenderam como necessária uma atualização da língua portuguesa incluindo uma linguagem neutra.

Toda mudança ou variação linguística, apesar de naturais, passam por um período de resistência, que, neste caso, ocorre devido ao fato de que estudiosos negam o machismo presente na língua portuguesa, visto que, como apontado por Mattoso Câmara (1970) e Sírio Possenti (2012), o único gênero marcado é o feminino, sendo o morfe –o não uma morfema masculino, mas o neutro herdado do latim.

Mesmo que ainda esteja em fase de construção e adaptação e que exista uma grande resistência em relação a isso, a linguagem neutra foi se instalando aos poucos no cotidiano do brasileiro. Inicialmente era mais comum perceber seu uso na internet, nas redes sociais, principalmente por pessoas da comunidade LGBTQIA+ ou do movimento feminista. Com o passar do tempo, porém, essa linguagem foi atingindo diferentes esferas da sociedade. Dessa forma, a linguagem neutra foi deixando de ser vista como uma simples gíria da internet, uma vez que começou a ser utilizada por grandes empresas, passando do âmbito pessoal para o institucional.

Por ser algo relativamente novo, ainda não se chegou a um consenso em relação à linguagem não binária. Além disso, como se trata de uma mudança linguística, é necessário muito estudo para se comprovar qual seria a melhor maneira de se implementar uma linguagem neutra na língua portuguesa. Conforme os seus

usos vão se expandindo, diversos tipos de manuais da linguagem não binária passaram a ser construídos com o intuito de tornar mais fácil sua aquisição e instituir regras, a fim de que, no futuro, possa ser inserida oficialmente na língua portuguesa. Assim, algumas estratégias já foram testadas, como por exemplo o uso do @, do x e do -e em palavras femininas ou masculinas terminadas em -a ou -o. Porém, a partir do momento em que a linguagem neutra passou a ser utilizada, foi possível perceber que somente o uso de -e possuía funcionalidade.

Por se tratar de uma linguagem ainda não oficializada e que ainda passa por adaptações, a linguagem neutra ainda é utilizada de forma inadequada em certos momentos, como visto anteriormente nos anúncios de algumas empresas, que incluem uso do x ou que utilizam a linguagem não binária em somente uma parte do texto. Apesar disso, sua utilização em diversos meios já é um avanço, o que torna possível uma futura mudança oficial nas normas da língua portuguesa.

Segundo Lau (2019), como o dicionário legitima uma língua ou linguagem e que, de acordo com a linguista espanhola Maria Angeles Calero “[...] o pensamento se modela graças à palavra, e [...] só existe o que tem nome”, a inclusão da linguagem neutra nas normas da língua portuguesa acarretaria um verdadeiro impacto na comunidade LGBTQIA+, visto que, além de poder ser transformada, a língua também transforma a sociedade. O social afeta a linguagem e, ao mesmo tempo, é afetado por ela. A sociedade molda a língua, de acordo com o seu momento histórico e, ao mesmo tempo, a linguagem molda a sociedade. Não só o dizer, mas o como dizer interessa.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. 2019. 32 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão de Produção Cultural, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

BOTELHO, José Mario. O gênero dos substantivos: flexão ou derivação? **Soletras**, São Gonçalo, ano 4, n. 07, p. 86-92, jun. 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/4479>. Acesso em: 2 jul. 2020.

BOTELHO, José Mario. O substantivo tem gênero, o adjetivo recebe gênero por meio de flexão. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 48, p. 101-111, dez. 2010. Disponível em: <http://filologia.org.br/revista/48/07.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2020.

BUBLITZ, Grasiela Kieling; FORNECK, Kári Lúcia; SPOHR, Marlene Isabela Bruxel (org.). **Linguagens**: Múltiplos olhares, múltiplos sentidos. Lajeado: Univates, 2015.

BROERING, Ingrid. **Ditadura gay**: recorte sobre o ativismo homossexual na Ditadura Brasileira (1978-1981). 2018. 44 f. TCC (Graduação) – Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190970>. Acesso em: 2 set. 2020.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 44. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

CASSIANO, Ophelia. **Guia para “Linguagem Neutra”**. [S.l.]: Medium, 2019. Disponível em: <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>. Acesso em: 8 jul. 2020.

CUNHA, Antônio Sérgio Cavalcante da. A flexão de gênero dos substantivos. **Soletras**, São Gonçalo, ano 8, n. 15, p. 26-34, jun. 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/4736>. Acesso em: 2 jul. 2020.

CURCINO, Luzmara. Suporte e sentido: questões de leitura e análise do discurso. *In*: GREGOLIN, M. R. V.; KOGAWA, J. M. M. (org.). **Análise do discurso e Semiologia**: problematizações contemporâneas. Araraquara: Laboratório Editorial. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DIAS, Rafaela. UFMG recebe mais de três mil calouros nesta segunda. **Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 28 fev. 2020. Disponível

em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-recebe-mais-de-tres-mil-calouros-nesta-segunda>. Acesso em: 24 out. 2020.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 54-81, 2009. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/2933/293322974004.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

FAUSTINO, Raquel; FEITOZA, Cláudia de Jesus Abreu (org.). **Morfologia do português**. São Paulo: Pearson, 2016.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 105-115, abr. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09>. Acesso em: 2 set. 2020.

FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (org.). **Saussure**: a invenção da linguística. São Paulo: Contexto, 2013.

FREITAS, Ana. Todxs contra a língua: os problemas e as soluções do uso dx linguagem neutrx. **Nexo**, São Paulo, 10 jul. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/07/10/Todxs-contra-x-l%C3%ADngua-os-problemas-e-as-solu%C3%A7%C3%B5es-do-uso-dx-linguagem-neutrx>. Acesso em: 11 jul. 2020.

ISHY, Priscila Hanako. Alomorfia condicionada pela estrutura silábica em Kanamari (família Katukina). **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 262-271, abr. 2014. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/436>. Acesso em: 27 out. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: Publicação online, 2012. Disponível em:

<http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

KAPA, Raphael. Professores do Pedro II adotam termo “alunxs” para se referir a estudantes sem definir gênero. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 set. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professores-do-pedro-ii-adotam-termo-alunxs-para-se-referir-estudantes-sem-definir-genero-17564795>. Acesso em: 24 out. 2020.

KEHDI, Valter. A Flexão de gênero em português. **Língua e Literatura**, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 315-318, 1979. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/113937/111787>. Acesso em: 24 out. 2020.

LAU, Héilton. Pensando fora do *cistema*: uma reflexão sobre a linguagem não-binária. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 41, n. 2, p. 262-282, dez. 2019. Disponível em:

<https://revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/14968/209209213238>. Acesso em: 24 out. 2020.

MOLINA, Luana. Pluralizando a arte de amar: a homossexualidade e historiografia da trajetória do movimento homossexual. **MÉTIS: história & cultura**, v. 10, n. 20, p. 17-34, dez. 2011. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/776>. Acesso em: 2 set. 2020.

MONTALVÃO, Solange Mendonça. **Língua Portuguesa II**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2008.

MORAES, Matheus Henrique Junqueira de. O direito brasileiro e o reconhecimento da população LGBT+. **Revista dos estudantes de direito da UNB**, Brasília, v. 13, p. 262-280, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/13470>. Acesso em: 2 set. 2020.

MUNIZ, Andressa. Elx, el@s, todxs? Na língua portuguesa, sem gênero neutro: apenas masculino e feminino. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 jan. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/elx-els-todxs-na-lingua-portuguesa-sem-genero-neutro-apenas-masculino-e-feminino-bm8jcy7i87jfe7geodpop4cbg/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

OAKLEY, Ann. Sexo e gênero. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 4, n. 1, p.64-71, 2016. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30206/17837>. Acesso em: 7 nov. 2020.

OLIVEIRA, Thiago Soares de. A queda do gênero neutro do latim: questiúnculas sobre a divergência entre o gênero real e o gênero gramatical. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 63. p. 22-32, dez. 2015. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63/002.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PAOMANES, Roza; RIBEIRO, Fernanda da Silva. Flexão ou Derivação? Reflexões Sobre o Ensino de Gênero, Número e Grau. Rio de Janeiro: **Alumni - Revista Discente da UNIABEU**, Nova Iguaçu, v. 1, n. 1, pp. 67-76, jul. 2013. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/alu/article/view/1021>. Acesso em: 5 mai. 2020.

PIZA, Mônica. Processos Nominais e o Ensino. In: PALOMANES, R. e BRAVIN, A. M. (org.). **Práticas de ensino do português**. São Paulo: Contexto, 2012.

POSSENTI, Sírio. Questão de gênero. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2012. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/coluna/questao-de-genero/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários, identidades, expressões e educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, abr. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

RODRIGUES, Rômulo da Silva Vargas. Saussure e a definição da língua como objeto de estudos. **ReVEL**, [s.l.], n. 2, p. 1-25, 2008. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_esp_2_saussure_e_a_definicao_de_lingua.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SANTOS, Ana Lucia Pessotto dos. Língua para todes: um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no Português e a demanda pela língua(gem) inclusiva. **Revista Ártemis**, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 160, 2019. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/c8c1d4f9894691e523cb05db4e809282/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4708196>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SIM São Paulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/simsaopaulo/>. Acesso em: 24 out. 2020.

TENENTE, Luiza. Escrever 'todxs' ou 'amig@s' atrapalha softwares de leitura, dizem cegos. **G1**, São Paulo, 8 jul. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/escrever-todxs-ou-amigs-prejudica-sofware-de-leitura-dizem-cegos.ghtml>. Acesso em: 5 nov. 2020.

TODXS Music Festival fará lives exclusivas no Tiktok com grandes DJs. **Beat for Beat**, São Paulo, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://beatforbeat.com.br/site/todxs-music-festival-tiktok/>. Acesso em: 24 out. 2020.

VILLALVA, Alina. **Morfologia do português**. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.